

Precarização e relações de sentido no espaço social do trabalho

José Madureira Pinto*

Resumo

O presente artigo baseia-se nos pontos de vista e argumentos desenvolvidos pelo autor num debate académico em que também participou o sociólogo francês Serge Paugam.

A primeira parte do texto refere-se às concepções de Paugam sobre as novas tendências de integração social em contextos de trabalho e discute, em particular, a distinção por ele proposta entre dois tipos de fundamentos da precarização social dos assalariados: os que estão ligados aos aspectos materiais e simbólicos do trabalho propriamente dito e os que remetem para direitos e níveis de protecção social garantidos pelo emprego. Defende-se a ideia de que, para dar conta, de modo realista e empiricamente sustentável, das especificidades, neste plano, de uma sociedade concreta - por exemplo, a sociedade portuguesa -, a distinção proposta por Paugam deve ser complementada pelo estudo de vários traços, tais como: posição do aparelho produtivo nacional no sistema de relações económicas internacionais, particularidades do modelo de desenvolvimento do país, do seu sistema de emprego formal e informal, da natureza e amadurecimento do estado-providência, do padrão de relações industriais, das características das práticas organizacionais, etc..

A segunda parte do texto tenta demonstrar que a contribuição analítica de Paugam pode estimular uma pesquisa original e não essencialista sobre as dimensões simbólicas do trabalho nas sociedades contemporâneas. Sugere-se, a tal propósito, que, em formações sociais marcadas pela incerteza e pela insegurança de emprego, a construção das identidades profissionais, dos modos de dominação/subordinação nas organizações económicas, do mesmo modo que as formas mais elementares de mobilização das classes dominadas, terão entrado numa nova, e plausivelmente distinta, era social.

1. A minha participação neste Painel dedicado ao tema “Trabalho e emprego: mutações, tensões e desafios” foi preparada levando em consideração o facto de ser Serge Paugam o outro interveniente previsto.

* Professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto; Investigador do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Na verdade, sendo ele autor de influentes trabalhos nas áreas de conhecimento em causa (recordemos, por exemplo, *La disqualification sociale*¹ e, sobretudo, *Le salaridé de la précarité*²), pareceu-me útil fazer do Painel um pretexto para discutir e tentar prolongar – com a autonomia e a abertura crítica possíveis, como é óbvio – algumas propostas teóricas e os resultados de pesquisa empírica a que o sociólogo francês tem chegado, na convicção de que, ao fazê-lo, acabaria por se poder suscitar, no âmbito do Encontro, um debate mais abrangente sobre as grandes transformações em curso nas sociedades contemporâneas.

2. Sabe-se até que ponto a definição e análise de tais transformações está marcada, hoje, pela referência a fenómenos, também considerados “grandes tendências” “do nosso tempo”, tais como “globalização”, “flexibilidade”, “precarização”.

Fixando-nos neste último, dir-se-á que ele se traduz por “mutações”, “tensões” e “desafios” (para usar três vocábulos incluídos no título do Painel) que, continuando a não dispensar uma actuação dos estados nacionais no sentido de regular e antecipar com sentido estratégico o curso das economias, dos sistemas de emprego e das relações sociais em geral, apelam simultaneamente, cada vez mais, a intervenções de âmbito *transnacional* e mesmo *global*, em sentido forte (no plano económico, financeiro e comercial, evidentemente, mas também no plano político, visando, desde logo, a garantia de cumprimento de direitos cívicos e sociais elementares).

Sem a consolidação de formas de regulação democrática capazes de introduzir no jogo competitivo mundial o tipo de contra-poderes que, noutras circunstâncias históricas, os estados nacionais foram capazes de impor aos detentores do poder baseado na posse do capital, parece difícil conceber projectos e vias concretas de desenvolvimento humano não submetidos a critérios de competitividade estritamente economicistas e a lógicas de acumulação de riqueza fortemente assimétricas³.

Não querendo negar relevância às “grandes tendências” acima enunciadas, e assumindo sem hesitação a pertinência de uma abordagem que as enquadre numa óptica transnacional, permitir-me-ei, entretanto, chamar a atenção para o risco de elas arrastarem consigo a ideia de os fenómenos em causa se desenvolverem, em

¹ Serge Paugam, *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris, Presses Universitaires de France, 1993 (2ª ed.).

² Serge Paugam, *Le salaridé de la précarité. Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*, Paris, Presses Universitaires de France, 2000.

³ Para uma análise das desigualdades inerentes ao processo de desenvolvimento global em curso, acompanhada de propostas de intervenção apostadas na reorientação das suas lógicas, vale a pena prestar toda a atenção aos *Relatórios do Desenvolvimento Humano*, publicados anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), assim como ao documento elaborado, a pedido da Organização Internacional do Trabalho, pela Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, com o título *Por uma globalização justa* (Oeiras, Celta Editora, “Colecção OIT/ISCTE”, 2005).

todas as circunstâncias de tempo e de lugar, a ritmo uniformemente acelerado e segundo padrões homogêneos, como se se tivessem transmutado numa espécie de leis de evolução “natural” da “humanidade”, que, portanto, na “era das novas tecnologias” e das “redes”, a tudo e a todos se imporiam.

Não se trata de recusar pertinência a níveis de explicação ou modos de intervenção que se situem na macroescala de observação por excelência que é a globalização. Trata-se, sim, de evitar que, por ausência de um trabalho mínimo de historicização e relativização relacional, os fenómenos de precarização sejam remetidos para o apartado ideológico das coisas imutáveis e inacessíveis à regulação e transformação políticas. Os processos sociais para que remetem aqueles vocábulos actuam, de facto, através de modalidades e formas muito diferenciadas, e não segundo uma lógica de “mancha de óleo”, absolutamente intrusiva e homogeneizante.

Nesse sentido, e pegando de imediato na noção de “precarização”, talvez valha a pena começar por assinalar que, em relação à de “precariedade”, ela apresenta a vantagem de sugerir a dimensão dinâmica do fenómeno, a que, justamente, não serão estranhas tensões diversas e uma pluralidade de formas de concretização.

Importa, contudo, aperfeiçoar a identificação dos factores que conferem *heterogeneidade* e especificidade *nacional* ao processo de precarização no espaço social de trabalho.

Para avançar na argumentação, embora simplificando sobremaneira a questão, reterei os seguintes: (i) Posição ocupada pelas economias nacionais no sistema de divisão internacional do trabalho ou, como também se diz, no sistema da economia-mundo; (ii) Especificidade dos modelos de desenvolvimento e dos sistemas nacionais de emprego; (iii) Características diferenciais dos sistemas nacionais de regulação das relações industriais; (iv) Modalidades de *welfare state* e outros mecanismos informais de protecção social; (v) Estrutura do campo económico-empresarial (composição segundo grau de exposição à concorrência internacional, intensidade tecnológica dos processos de trabalho, etc.); (vi) Diversidade de modelos organizacionais, políticas salariais, estratégias de gestão de recursos humanos, etc.; (vii) Perfil ocupacional da população activa.

3. Uma das originalidades do modelo de análise proposto por Serge Paugam em *Le salaire de la précarité* assenta na preocupação em associar a noção de integração e de precarização da condição assalariada, não apenas, como é mais frequente, às características do *emprego* ou do vínculo jurídico da relação salarial, mas também às condições técnico-materiais e qualidade dos enquadramentos organizacionais do *trabalho*, no pressuposto de que a relação subjectiva dos trabalhadores com tal complexo de condicionamentos é determinante para a definição da natureza da integração social no espaço profissional.

Nesta perspectiva, verificar-se-á uma integração laboral plena na situação-limite ou ideal-típica em que estejam garantidos quer o reconhecimento material e simbólico do trabalho realizado, quer a protecção social decorrente da estabilidade de emprego (integração *assegurada*). Os outros três grandes tipos corresponderão a situações profissionais em que estão ausentes um ou dois dos atributos considerados. A insatisfação *incerta* (satisfação no trabalho com insegurança no emprego) e a integração *desqualificante* (insatisfação no trabalho associada a precariedade de emprego) são, segundo Serge Paugam, formas de integração novas, pelo menos por referência ao padrão de relações laborais dos “trinta gloriosos” anos do pós-guerra. Já a integração “*laborieuse*” (condições de trabalho precárias, mas com segurança de emprego), não sendo nova, corresponderá a formas de insatisfação no trabalho que têm vindo a sofrer evoluções significativas⁴.

4. Se regressarmos à grelha apresentada anteriormente (ponto 2.), retendo o seu primeiro patamar – aquele que revela o modo como as especificidades de inserção das economias nacionais no quadro das relações económicas à escala global se repercute nos processos concretos de precarização -, estaremos em condições de perceber que é muito variável, de país para país, a repartição do conjunto dos assalariados pelos diferentes tipos de integração/precariedade previstos por Paugam; e que, mais importante ainda, as diferenças entre esses mesmos perfis influenciam e são influenciadas pelas lógicas económicas internacionais.

As características que o processo de deslocalização de actividades produtivas hoje assume confirma, pelo menos em parte, o que acabámos de dizer. Com efeito, há evidência empírica capaz de demonstrar que, quando a inserção internacional, em condições de subalternidade, das economias e sectores de actividade for concretizada à custa da mobilização de extensos segmentos de mão de obra precária (integração *incerta* ou *desqualificante*), eleva-se, *ceteris paribus* (isto é, se outras condições infraestruturais e contextuais se verificarem), a probabilidade de atracção conjuntural de (um certo tipo) de investimento estrangeiro.

Neste caso, enquanto, nas economias de origem, aumentarão localizadamente as pressões para o desemprego, quer no sector mais precarizado do mercado de trabalho, quer, eventualmente, em segmentos mais integrados (integração *assegurada* ou “*laborieuse*”), já nas economias de destino a tendência será, pelo menos no curto prazo, para a expansão do espaço de integração laboral precária, embora não esteja excluída alguma qualificação de postos de trabalho (integração *incerta*).

O caso da economia portuguesa, colocada actualmente numa encruzilhada de internacionalização que a confronta, ora com tensões de *repulsão* de investi-

⁴ Para uma análise da precariedade laboral e das correspondentes formas de integração desqualificante (no sentido proposto por S. Paugam) entre as trabalhadoras da linha de caixa de uma empresa do sector da grande distribuição, cfr. Sofia Alexandra Cruz, *Entre a casa e a caixa. Retrato de trabalhadoras na grande distribuição*, Porto, Edições Afrontamento, 2003.

mento (nomeadamente em direcção aos países da Europa de Leste - mas não só, como iremos ver), ora com sinais de alguma *atractividade* face a investidores de países centrais, não pode deixar de motivar uma análise que, justamente, tenha em devida conta a especificidade do perfil de integração (no trabalho e no emprego) da mão de obra portuguesa.

Na verdade, porém, as dinâmicas de deslocalização envolvendo a economia portuguesa não se esgotam no dilema e movimento bipolares acima descritos. Pensando, por exemplo, nas estratégias dos responsáveis pelo investimento estrangeiro no sector automóvel português, é patente que as mesmas não se reduzem a considerar, em alternativa a Portugal, apenas as economias de baixos salários da Europa Oriental. Nesse jogo entram também, explicitamente, alternativas de investimento ou reinvestimento nas próprias economias centrais (pelo menos Alemanha e Espanha, neste caso)⁵.

É um ponto que justifica – em boa verdade, impõe - uma passagem a outros patamares da grelha que me propus percorrer.

De facto, as dinâmicas do emprego, desemprego e precarização concretas não dependem apenas da posição ocupada pelas economias em causa no sistema económico-produtivo mundial, mas também das características nacionais dos modelos de desenvolvimento, sistemas de emprego, políticas de imigração, mecanismos institucionais de regulação das relações industriais, regimes de protecção social, para não aludir senão a alguns dos patamares meso-estruturais considerados. É isso que explica que países colocados em posições essencialmente homólogas na economia mundial (Alemanha, França e Inglaterra, por exemplo) se confrontem, não obstante o paralelismo de fundo referenciado, com combinatórias muito distintas de precariedades e respectivos efeitos sociais.

Em bom rigor, aliás, a análise sociológica, como, de resto, a avaliação política, dos processos de precarização concretos não dispensa a ponderação de aspectos ainda mais específicos: posição do sector de actividade e/ou empresa envolvidos no campo económico, modelos organizacionais e de gestão dominantes, etc.. Trata-se de tentar perceber até que ponto, sob que formas, segundo que ritmos e com que efeitos são os diferentes segmentos sociais percorridos pela precarização e, em particular, pelas pressões para a deslocalização. Levar a sério, em cada um dos níveis de análise e escalas de observação previstos na grelha, o conjunto de categorias tipológicas e operadores interpretativos propostos por Serge Paugam é uma perspectiva que, a tal propósito, se antevê bastante aliciante.

⁵ Não será absurdo admitir, aliás, que alguns destes movimentos de capital “alternativos” às lógicas de deslocalização mais estereotipadas impliquem, nos países centrais, ainda que conjunturalmente, metamorfoses regressivas de modelos de regulação das relações laborais, e, portanto, dos perfis nacionais de integração da mão de obra assalariada, seguramente impensáveis noutros estádios da internacionalização das economias.

Só falta acrescentar que, na ausência de uma problematização suficientemente especificada e liberta de inclinações essencialistas como a que estamos a propor, não será fácil apontar alternativas políticas à “política sem política” corporizada pelas lógicas em acto do neo-liberalismo.

Paradoxalmente, ou talvez não, parece, aliás, haver por detrás do argumentário racionalizador das decisões de gestão relativas a deslocalizações uma espécie de sociologia espontânea dos factores de precarização, tal como foram explicitados anteriormente. De facto, aquilo que é ponderado nos processos de decisão em causa nunca se reduz a uma mera colecção de grandezas e diferenciais contabilísticos, antes inclui sempre cuidadosas avaliações de factores extra-económicos como o nível reivindicativo dos assalariados, a eficácia do sistema judicial, as exigências do *welfare state*, as políticas de imigração em vigor, etc.. Tudo se passa como se, entre os privilégios dos dominantes nos processos de tomada de decisão estratégica, se encontrasse o domínio espontâneo de um modelo interpretativo integrado sobre os modos de produção e reprodução da precariedade social – uma espécie de renda cognitiva diferencial obtida graças à posição ocupada no campo.

Se assim for, fica então claro que qualquer inflexão ou intervenção reguladora que se queira impor aos modos de decisão dominantes relativos a fenómenos como a deslocalização das actividades produtivas ou, em geral, a precarização (entendida como instabilidade no emprego ou integração limitada no trabalho *não controladas pelos trabalhadores*) exige, como condição prévia, uma abordagem e compreensão aprofundadas sobre os patamares interpretativos que aqui sucintamente se expuseram. Perante a sabedoria e lucidez estratégica dos teorizadores espontâneos da optimização *económica* dos efeitos *sociais* da precarização, um enfrentamento radical que tome esta última como essência perversa do novo capitalismo global, sem atender aos modos concretos como ele se desenvolve e reproduz, arrisca-se, então, a não passar de retórica inconsequente e auto-complacente.

5. Antes de passar à exploração de um conjunto de dimensões “subjectivas” da precarização no espaço social do trabalho, vale a pena deixar aqui mais uma nota relativa às especificidades do caso português, que é sugerida por considerações feitas anteriormente.

A maior parte da literatura das ciências sociais sobre processos de precarização laboral associa o fenómeno ao estágio “pós-fordista” da relação salarial. Sintomaticamente, é frequente, aliás, optar-se por caracterizar as formas de flexibilização e precariedade (ou “atipicidade”) laboral por contraste com o que se considera serem as “normas de emprego” da relação salarial “fordista” ideal-típica, tidas por consagrarem tendencialmente o contrato de duração indeterminada e a tempo inteiro.

Nesta perspectiva, o essencial das dinâmicas de transformação do trabalho e do emprego na era da flexibilidade e da produção em rede reside nas tensões, contra-

dições e conflitos envolvendo fundamentalmente os pólos fordista e pós-fordista do espaço social do trabalho. Já as formas de organização “*pré*-fordista” (como, noutras circunstâncias, as formas “*pré*-capitalistas” de organização da produção) tendem, por sua vez, a ser remetidas para a gaveta das reminiscências sociais economicamente irrelevantes, que, além disso, se presume estarem em vias de extinção.

Ora, no caso português, um tratamento analítico deste tipo revela-se verdadeiramente inadequado, de tal forma se mantém presente na estrutura produtiva nacional o conjunto de traços que caracterizam os regimes *pré*-fordistas de organização do trabalho. Aliás, se levarmos em conta o peso específico que continua a ter na economia portuguesa a chamada economia informal e subterrânea – um tema que, tendo entrado pela porta do combate à evasão fiscal, parece finalmente estar a impor-se na agenda política nacional –, deixa de ter qualquer sentido uma análise sociológica do processo de precarização que se limite a tentar captar as dinâmicas económico-sociais na base da dicotomia acima enunciada.

Os regimes *pré*-fordistas e a economia informal não são, em Portugal, um mero resíduo que a curto prazo possa extinguir-se – eles actuam, na estrutura produtiva nacional, como factor estrutural e estruturante das relações económicas e sociais. E são, além disso, se quisermos voltar a explorar a heurística da proposta analítica de Serge Paugam, um factor de produção alargada de “*integração desqualificante*”. Nestas condições, não fará qualquer sentido tentar regular a precarização no espaço social do trabalho nacional partindo do princípio que nele se replicam os traços e valores médios com que legitimamente se caracterizam sistemas de emprego, perfis organizacionais, sistemas de relações industriais ou modelos de *welfare state* de alguns países centrais.

6. Fomos sugerindo nos números anteriores que as questões relativas à flexibilização e precarização do trabalho e do emprego não estão isentas de implicações “*extra-económicas*”, nomeadamente políticas e ideológicas.

A partir de agora, e fazendo jus ao título proposto para esta intervenção, explorar-se-ão de forma um pouco mais sistemática alguns fenómenos convencionalmente associados às dimensões subjectivas das práticas sociais, no pressuposto de que a incidência dos factores ditos “*objectivos*” da precarização, manifestamente privilegiados até aqui, nunca se concretiza, no espaço social do trabalho, num vazio de sentido.

Nem por decorrerem em quadros interaccionais estruturados por fortes constrangimentos materiais, deixam os processos organizados de trabalho de ser mediados, de forma mais ou menos espontânea, por sistemas de disposições e outros operadores prático-simbólicos. É através deles que, em cada dia, os actores sociais se relacionam, criam vínculos e marcam distâncias face ao “*mundo objectivo da produção*”, não sem que, no mesmo processo, reproduzam e transformem, ainda que infinitesimalmente, a sua relação simbólica com o “*mundo todo*”.

Invocar as dimensões subjectivas das práticas a este propósito sugere, então, que os locais de trabalho integram sempre dinâmicas de atribuição, produção, circulação e apropriação de sentido, dinâmicas essas que, no entanto, nunca deixam de se configurar como relações de força. As trocas simbólicas e relações de sentido são sempre, e, por maioria de razão, nos espaços organizados do trabalho, relações de poder - portanto, política em estado prático, política incorporada⁶. Daí que as transições entre modelos de organização do trabalho, normas de emprego e padrão de relação salarial – como as que aqui já contemplámos – sejam sempre, também, transições entre regimes (políticos) de subordinação no trabalho e patamares privilegiados de entrada em novos paradigmas ideológicos.

Para quem considere que a referência a múltiplos factores *objectivos* de precarização no espaço social de trabalho já introduz níveis de complexidade elevados, esta referência às dimensões *subjectivas*, e até *políticas*, dos quotidianos de trabalho não pode senão dar a entender estarmos num domínio de apreensão da realidade especialmente exigente. Bastará invocar velhas querelas sociológicas sobre questões tão candentes como seja a de saber se os locais de trabalho promovem essencialmente consentimento e submissão ou, pelo contrário, inconformismo e resistência à disciplina⁷, para se perceber que a análise sociológica dos espaços sociais em causa está recheada de dificuldades. E isso, plausivelmente, tanto mais quanto, em fases de transição de modelo produtivo e de relação salarial dominante como a que designamos por “precarização” do trabalho e do emprego, neles se jogarem tensões objectiva e subjectivamente contraditórias – muito dificilmente apreensíveis segundo boa parte dos modelos teóricos e das técnicas de observação sociológicas convencionais.

Como fazer avançar, apesar de tudo, o conhecimento sobre as relações de sentido no espaço social do trabalho?

7. Proponho que se comece por considerar um domínio de produção, circulação e apropriação social de sentido “colado” às condições técnico-materiais

⁶ Na língua francesa, é possível, através do uso das expressões “*relations de sens*” e “*rappports de sens*”, sugerir e, de algum modo, distinguir este duplo estatuto (semiótico e político, digamos assim) das dinâmicas simbólicas.

⁷ Sobre estes pontos, ver os já clássicos trabalhos de Michael Burawoy sobre rotinas de trabalho que, associadas a formas de competitividade lúdica (“making out”), geram consensos tácitos nos espaços da produção, não deixando de ter implicações em termos de reprodução económica, política e ideológica da sociedade global (Michael Burawoy, *Manufacturing consent*, Chicago, Chicago University Press, 1979). Foi o mesmo autor que, recorrendo aos polémicos conceitos de “production politics” e “factory regimes”, veio revelar também a acção de diferentes aparelhos político-institucionais sobre o quotidiano de trabalho e, portanto, a eficácia propriamente política da organização dos processos produtivos (Michael Burawoy, *The politics of production*, Londres, Verso). Para uma discussão e apresentação de alternativas a estas teses conduzidas à luz de literatura mais recente, cfr. Stanley Deetz, “Disciplinary power in the modern corporation” e, sobretudo, David Collinson, “Strategies of resistance: power, knowledge and subjectivity in the workplace”, in Keith Grint (ed.), *Work and society*, Cambridge, Polity Press, 2000.

do trabalho (configuração física dos espaços, “lay out”, constrangimentos ergonómicos, natureza das tecnologias, etc.). Embora nem sempre assumido com clareza na abordagem dos processos simbólicos desenvolvidos no espaço das actividades produtivas, é este um domínio cuja relevância não deixa de ser intensamente vivida e intuitivamente apreendida pelos próprios agentes sociais, sob formas que podem ir de um indisfarçável mal-estar ou mesmo sentimento de perda até uma genuína sensação de libertação, sempre que se confrontam com mudanças profissionais mais ou menos acentuadas ou, ao limite, com a experiência mutiladora do desemprego⁸.

As preocupações de Serge Paugam relativas à componente de integração no trabalho remetem obviamente para este lado da apropriação prático-simbólica dos contextos profissionais, sendo certo que muitas das mudanças que atribuímos à automação, terciarização e flexibilização dos processos produtivos, bem como, noutro plano, a própria naturalização de distâncias sociais baseadas na distinção trabalho manual/trabalho intelectual, passam claramente por aqui. Como também passam – se quisermos abarcar outras componentes centrais da flexibilização/precarização laboral – tanto as estratégias empresariais de fragmentação/externalização/relocalização das actividades produtivas, quanto a própria mobilidade profissional compulsiva dos assalariados.

Está por fazer a contabilização dos custos económicos, simbólicos e sociais associados à desestabilização acelerada dos referentes do trabalho na era da flexibilidade do trabalho e da precarização do emprego. Bastará contudo pensar no aumento da propensão à sinistralidade e dos riscos de saúde em determinados sectores de actividade, no desinvestimento afectivo que reconhecidamente percorre muitos lugares de trabalho, na desestruturação dos fundamentos materiais da construção das identidades e culturas profissionais, para não referir senão alguns aspectos mais óbvios, para se perceber que o aperfeiçoamento de semelhante contabilidade tem alguma urgência teórica, prática e política.

Vale a pena observar, a propósito desta insistência na componente físico-material do trabalho, que ela não passou despercebida ao próprio Marx, nem, depois dele, a alguns historiadores que se ocuparam da formação da classe operária.

É verdade, com efeito, que o autor de *O capital*, para poder aprofundar a distinção entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa, fez questão de acentuar a importância que teve, na génese do capitalismo industrial, a possibilidade de coordenar e dirigir em espaço físico limitado tarefas tecnicamente diferenciadas – pressuposto básico da instauração da disciplina da fábrica. Por outro lado, são múltiplas as indicações historiográficas sobre o penoso ajustamento de habitus a

⁸ Sobre este último tema, cfr., na literatura sociológica nacional, os trabalhos de Ana Maria Duarte, “Vivências do desemprego e transformação dos modos de vida dos operários mineiros”, in *Sociologia*, nº 8, Porto, FLUP, 1998 e “Desemprego e reconstrução de identidades se o caso dos mineiros do Pejão”, in *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, nº 17, 1997.

que populações com origem rural foram submetidas na transição, por vezes brusca, que tiveram de fazer dos espaços de trabalho abertos dos campos e da domesticidade para os lugares espaço-temporalmente constrangidos da fábrica capitalista. Num e noutro casos, não será difícil encontrar ilustrações expressivas de histerese e mutação estrutural de habitus, mediadas pela violência - física e simbólica - exercida sobre os corpos, automatismos e sistemas de disposições dos agentes.

Nada impede que, para fazer avançar o conhecimento sobre relações de sentido nos novos espaços sociais de trabalho, sejam realizadas pesquisas com orientação semelhante às que acabámos de referir.

Tratar-se-á de tentar perceber, por exemplo, de que modo as mudanças no sentido de amenizar os espaços de trabalho, de tornar mais amigáveis as tecnologias e os processos produtivos, conferindo eventualmente aos actores maiores margens de autonomia, co-existem, na era da flexibilização e emagrecimento das empresas, com a sensação de incerteza e de desestruturação do futuro que, a partir, além do mais, da instabilização dos referentes físicos da actividade profissional, percorre os locais de trabalho.

Nesta perspectiva, será ainda interessante averiguar – e a sugestão continua a ser meramente indicativa – até que ponto a mutabilidade da infraestrutura técnico-material da produção não se repercutirá também sobre a própria relação dos assalariados com a formação. É plausível, de facto, que, a par de algum estímulo à formação, mais provável em segmentos escolarizados das hierarquias profissionais, e que pode chegar a uma espécie de bulimia educacional e formativa, tal mutabilidade conduza, noutros sectores profissionais, a um efeito inverso de retracção perante as ofertas de formação, segundo uma lógica de auto-exclusão que, como é sabido, acompanha e tende a agravar, frequentemente, a condição dos mais precários e excluídos. Resta acrescentar que o espectro da inutilidade (“spectre of uselessness”), que, segundo Richard Sennett, se estará disseminando no universo do assalariamento do novo capitalismo⁹, vai buscar alguns dos seus fundamentos às dinâmicas infraestruturais dos processos de trabalho privilegiadas neste número, não deixando, também ele, por isso, de interferir na produção de atitudes perante a formação¹⁰.

8. Mas, o processo de construção da relação prático-simbólica dos trabalhadores com o universo social do trabalho passa ainda, crucialmente, como se sabe, por um outro domínio – chamemos-lhe, à falta de melhor, sistema de relações

⁹ Richard Sennett, *The culture of the new capitalism*, New Haven e Londres, Yale University Press, 2006, pp. 83-131.

¹⁰ Para a análise de um caso de relação positiva e “progressiva” entre procura e oferta de formação, que permite aprofundar e, ao mesmo tempo, relativizar a interpretação sintética e, por isso, lacunar que se apresenta nesta passagem, cfr. Maria Luísa Veloso, *Aprendizagem e processos de identificação no espaço social do trabalho. Estudo de caso num grupo empresarial do sector electromecânico*, Porto, FLUP (Dissertação de Doutoramento em Sociologia) 2004.

sociais *locais* –, que, não deixando de incluir o nível aparentemente volátil e inobjectivável das trocas afectivas e, portanto, também, das sociabilidades quotidianas, integra o núcleo duro das soluções organizativas e práticas de gestão através das quais se definem procedimentos técnicos, se exerce o poder e se consolida a autoridade nos lugares de trabalho.

Todas as mudanças que, em contextos influenciados pela flexibilização da economia e dos sistemas de emprego, se vêm concretizando a nível de modelos de organização da produção – nomeadamente as que globalmente remetem para os desígnios produtivistas da chamada “*lean production*” – cabem obviamente neste segundo patamar analítico que estamos a considerar.

Sem descartar a possibilidade de haver nesta transição para práticas organizacionais pós-tayloristas um conjunto de impulsos em direcção a níveis mais elevados de participação, autonomia e polivalência qualificante dos assalariados – globalmente indutores, admite-se, de alguma democratização do espaço social de trabalho –, não está excluído, à luz de pesquisa sociológica realizada neste âmbito, nomeadamente por Serge Paugam, ele próprio, que ela implique também algum abaixamento dos níveis de exigência em matéria de controlos de segurança e da qualidade das condições de trabalho, aceleração de ritmos de produção, alongamento informal das jornadas de trabalho, pressão para a responsabilização individualizada dos trabalhadores, mesmo quando, ou sobretudo quando, integram equipas de trabalho ditas autónomas e polivalentes¹¹.

A generalização de estruturas organizativas mais horizontalizadas e reticulares, não piramidais e mesmo explicitamente anti-burocráticas - que, não obstante alguma desconcentração do poder, podem conduzir a uma sua centralização de facto -, tendem a diluir os mecanismos simbólicos a partir dos quais eram convencionalmente identificados os detentores de poder, não deixando, assim, de dissuadir estratégias de demarcação e contestação do *statu quo* local e de promover, em alternativa, tácticas de sobrevivência e de consagração meritocrática de pendor individualista. A segmentação dos colectivos de trabalho, ela própria imputável à fragmentação da relação salarial e expansão de empregos “atípicos”, não deixará, por seu turno, de reforçar esta tendência de erosão de solidariedades grupais, tão importantes para uma politização elementar das questões laborais quotidianas e correspondente mobilização dos colectivos de trabalho.

E aqui está como, sob a aparência de um abandono generalizado de técnicas tradicionais de exercício autoritário do poder, podem instalar-se, indirectamente, renovadas formas de subalternização dos assalariados no espaço social do trabalho.

9. Procurou-se, com as considerações anteriores, ir consolidando a ideia de que o processo de precarização, que, como vimos, decorre de uma configuração

¹¹ Para uma cuidadosa inventariação das mudanças em causa, tendo em conta um leque alargado de resultados de pesquisa empírica, ver ainda, entre outros, Luc Boltanski e Ève Chiapello, *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard, 1999.

complexa de factores “objectivos”, integra também dimensões “subjectivas”, que, para já, imputámos a mudanças nos enquadramentos técnico-material e relacional-organizacional do trabalho no novo capitalismo.

Para completar o enunciado de grandes domínios problemáticos a partir dos quais pode ser conduzida a análise do processo de reconstrução de relações de sentido na era da flexibilidade produtiva, vale a pena levar agora a sério a ideia de que ela passa também pela incorporação nos agentes de operadores ideológicos e quase-mitologias (corporizados em parte nos próprios ordenamentos jurídicos) que hoje organizam as estratégias de legitimação, racionalização e normalização da nova ordem produtiva.

Pertencendo ao domínio outrora designado por Pierre Bourdieu como “maîtrise simbólica”, e não tanto ao que o mesmo chamava “maîtrise prática” da prática, nem por isso deixam de ser “práticos” – e constitutivos da materialidade da precarização - os seus efeitos.

Presentes de forma acintosa no discurso, mediaticamente amplificado, de muitos dirigentes, gestores e economistas “modernos”, mas também, frequentemente, no “jornalismo económico” e em obras de grande circulação elaboradas por sucessivas ondas de *gurus* dos “business studies”, tais operadores e quase-mitemas adquirem projecção particularmente intensa graças ao modo como se infiltram nos estilos de vida das fracções “de sucesso” das classes dirigentes e, por essa via, no imaginário de muitos cidadãos, incluindo os mais vulnerabilizados pela flexibilização da economia. Levando ao extremo a depuração simbólico-ideológica de velhos princípios do radicalismo individualista, esta narrativa (verdadeiramente, é de uma “grande narrativa” pós-guerra fria que se trata) tem como reverso, não apenas o enfraquecimento das capacidades de resistência ideológica e prática, como mesmo, em muitos casos, uma espécie de inversão de culpa que leva a considerar o insucesso profissional como responsabilidade exclusivamente pessoal e os factores objectivos de precarização como forças de reposição indirecta de justiça e equidade...entre “os mais fortes” dos “verdadeiramente capazes”.

10. Resta tentar apurar, neste derradeiro ponto da exposição, alguns prolongamentos de proposições anteriormente avançadas.

O primeiro leva a afirmar que se, de um modo geral, a relação prático-simbólica com as condições técnico-materiais de existência e as relações sociais locais dos espaços de trabalho, por um lado, e a identificação ideológica com certos operadores da retórica da flexibilidade, por outro, constituem ingredientes básicos do processo de sinalização, simbolização e eufemização através do qual os trabalhadores vão construindo a imagem (“de si” e “para si”) do ponto que, em dado momento, ocupam no espaço de posições do campo¹², a verdade é que, como

¹² Para uma apresentação desenvolvida desta combinação de perspectivas sobre as dimensões simbólico-identitárias do trabalho, cfr. José Madureira Pinto, “Flexibilidade, segurança e identidades sócio-profissionais”, in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 19-20, Porto, Edições Afrontamento, 1999.

se infere dos estudos que reconhecem o efeito de socialização antecipatória associado às trajetórias virtuais (projectos) dos agentes, a avaliação da estrutura de oportunidades correspondente aos horizontes de possíveis profissionais define outra componente, e não menos influente, da produção da dimensão subjectiva da precarização. Que nessa avaliação interfiram desejos, aspirações, expectativas, mas também, cada vez mais, manifestações indeléveis de uma espécie de incerteza e medo estrutural inscrito nas formas e processos sociais característicos da condição salarial, eis o que parece ter de ser levado a sério numa perspetivação sociológica do espaço social de trabalho contemporâneo.

Há, entretanto, boas razões para suspeitar que muitos dos traços de efemeridade, fragmentação, clivagem atribuídos às práticas culturais e configurações de valores em ascensão em amplos segmentos das sociedades contemporâneas tenham, afinal, nos processos de produção cultural e identitária dos espaços físico-institucionais de trabalho, uma das suas matrizes genéticas e de reprodução básicas.

Tal suspeita, sem deixar de constituir interessante e urgente desafio colocado à análise sociológica das práticas culturais, reforça outra hipótese, essa de natureza eminentemente política, aqui também já entreaberta: a de que serão particularmente árduos os esforços de regulação da relação salarial tendo em vista conter o agravamento de desigualdades e alguns potenciais de exclusão e disrupção social associados à precarização.

Tudo indica, com efeito, que, por razões objectivas, mas sobretudo *subjectivas*, que analisámos, a precarização seja... eminentemente precarizante – e tenda a incorporar-se, como componente naturalizada, nas práticas sociais. Talvez, por isso, esteja para ficar.

Précarisation et rapports de sens dans l'espace social du travail

Résumé

L'article contient les points de vue et les principaux arguments présentés par l'auteur dans un débat sur la précarité de l'emploi, qui a eu aussi la participation de Serge Paugam.

La première partie du texte analyse les conceptions du sociologue français sur les nouvelles tendances de l'intégration professionnelle dans les lieux de travail, en discutant, en particulier, la distinction entre deux types de fondements de la précarité des salaires: ceux qui sont liés aux aspects matériels et symboliques du travail lui-même et ceux qui se ramènent aux droits et aux niveaux de protection sociale assurés par l'emploi. On défend l'idée que, pour rendre compte, de façon réaliste et empiriquement soutenable, des spécificités d'une société concrète - par exemple, la société portugaise -, la distinction proposée par Serge Paugam doit être complétée par l'étude de plusieurs traits, tels que: position de l'appareil productif national dans la division mondiale du travail, particularités du modèle national de développement, des systèmes d'emploi formel et informel, de la nature de l'état-providence, des relations industrielles et des pratiques organisationnelles prédominantes, etc..

La deuxième partie du texte essaie de démontrer que la contribution analytique de Serge Paugam peut inspirer une recherche non-essentialiste sur les dimensions

symboliques du travail dans les sociétés contemporaines. On suggère, à ce propos, que, dans des formations sociales marquées par l'incertitude et l'insécurité de l'emploi, la construction des identités professionnelles, des modes de domination/subordination dans les organisations économiques, ainsi que les formes les plus élémentaires de mobilisation des classes dominées, sont entrées dans une phase nouvelle et plausiblement distincte.

Precarization and meaning relations in the social space of work

Abstract

This article is based on the points of view and arguments previously expressed by the author during a debate on flexible and precarious employment, in which also participated the French sociologist Serge Paugam.

The first part of the paper deals with Paugam's conceptions on new trends of social integration in labour contexts and, particularly, with the distinction he establishes between two kinds of determinants of workers precarious condition: those directly related to material and symbolic aspects of work itself, and those related to rights and social protection granted by employment. It is argued that, in order to be operative and realistically adapted to the specificities of, for instance, the Portuguese society, this distinction must be complemented with analytical insights about a large set of aspects, such as: the specific position of economic national apparatus in the international labour division, the distinctive features of national economic model, formal and informal labour systems, national modalities of welfare state, industrial relations systems and predominant organizational practices, etc..

The second part of the article tries to demonstrate that Paugam's analytical contribution can stimulate an original, and presumably non-essentialist, approach to symbolic dimensions of work in contemporary societies - admittedly marked by uncertainty, labour insecurity and many other adjacent vulnerabilities. It is suggested that, in the concrete conditions of present capitalism, the social construction of professional identities, as well as the modes of domination and subordination in the economic organizations, not to speak of the most elementary forms of class mobilization, entered a new and distinctive era.